http://doi.org/10.14393/REPRIM-v1n2a2016-39059

Apontamentos sobre a tecnologia em Herbert Marcuse

*Fernanda Tatiani de Oliveira**

Resumo: Este trabalho destaca, de maneira breve, alguns aspectos considerados primordiais para o entendimento da tecnologia no pensamento de Herbert Marcuse. O estudo problematiza as ambiguidades acerca dos termos técnica e tecnologia. Sublinha os pressupostos que propiciaram a transformação da racionalidade burguesa em racionalidade tecnológica. Elenca as características intrínsecas ao aparato técnico, as implicações do processo de mecanização do trabalho e também aponta as tendências da tecnologia no contexto da sociedade unidimensional. Contudo, a pesquisa assume sua relevância ao levantar os apontamentos dentro da teoria marcuseana que atestam para uma racionalidade tipicamente tecnológica.

Palavras-chave: Marcuse; Filosofia da Tecnologia; Racionalidade; Aparato; Automação.

Notes on technology in Herbert Marcuse

Abstract: This paper briefly highlights some aspects considered primordial for the understanding of technology in the thinking of Herbert Marcuse. The study problematizes the ambiguities about the terms technic and technology; it underlines the presuppositions that allowed the transformation of bourgeois rationality into technological rationality; it covers the intrinsic characteristics of the technical apparatus, the implications of the process of mechanization of work and also points the technology's tendencies out in the context of an one-dimensional society. However, the research assumes its relevance by raising the

* Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: fernandatatiani@yahoo.com.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0557536089897604.

notes within the marcusean theory that attest to a typically technological rationality.

Keywords: Marcuse; Philosophy of Technology; Rationality; Apparatus; Automation.

Introdução

Atualmente, as reflexões sobre a tecnologia têm se tornado pauta recorrente no âmbito das pesquisas filosóficas ao tratarem da necessidade de entender o seu sentido por meio de uma análise que leve em consideração o conjunto dos objetos técnicos inseridos na sociedade, bem como as implicações sociais de seu constante uso. Um recuo à história da filosofia, em particular ao pensamento antigo, nos revela que a técnica sempre esteve presente nas indagações dos filósofos nas referências feitas aos conceitos *physis*, *techné* e *poiesis*.

Para os gregos, o termo *physis* significa natureza, e se define como algo que não pode ser criado, mas que emerge de si mesma. Por outro lado, a palavra *poiesis* se refere prática do fazer, inventar, criar algo. A *techné*, por seu turno, significa o conhecimento ou prática que está associada a uma determinada forma. A ideia de uma realidade criada – *poiesis* – suscitou inúmeras análises sobre diferentes óticas no campo da filosofia antiga. No sentido moderno do termo, o conceito de *techné* deu origem aos termos técnica e tecnologia.

Com o advento da segunda Revolução Industrial iniciada na segunda metade do século XIX, a tecnologia ganhou maior evidência no panorama filosófico ao assumir outras conotações. A substituição das ferramentas pelas máquinas no curso do desenvolvimento científico, as implicações acarretadas na sociedade industrial pelas tecnologias de guerra, a inserção dos aparelhos técnicos produtores de imagens, bem como a consequência da facilidade de disseminação da informação por meio das tecnologias digitais, configurou os motivos que levaram os filósofos a se debruçarem sobre a temática da tecnologia.

O fato é que o homem, desde sempre, manipulou a natureza e vem transformando o seu ambiente por meio das técnicas que estão ao seu alcance. Pode-se dizer que a *tecnhé* é um destino inexorável da humanidade. Desse modo, torna-se necessário uma investigação que apure o seu real sentido. Na atual conjuntura, os aspectos que norteiam uma pretensa filosofia da tecnologia encontram-se embasados nos seguintes questionamentos: haveria uma essência da tecnologia? Seria a técnica neutra?

Qualquer investigação que se inicie com o intento de desvelar um propósito da tecnologia perceberá que essa temática pode ser entendida à luz de diferentes tipologias, dado o seu aspecto ontológico, de cunho ético-político, estético, científico, dentre outros que venham a lhe conferir uma amplitude de sentidos. No panorama da filosofia contemporânea, a proposta de uma teoria crítica da tecnologia encontrou um impulso especial nas considerações feitas por Herbert Marcuse ao analisá-la sob a ótica do capitalismo avançado, cenário que sucede à Segunda Guerra Mundial.

A proposta apresentada nesta pesquisa, e que será desenvolvida a partir de alguns apontamentos sobre a tecnologia no pensamento de Herbert Marcuse, utilizará como referencial teórico para a investigação do tema proposto, as considerações feitas pelo filósofo no ensaio "Algumas implicações sociais da tecnologia na sociedade moderna", de 1941, e na obra *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*, de 1964. O estudo também faz menção a algumas conferências proferidas por Marcuse.

Cumpre salientar que este estudo possui um caráter introdutório ao tema da tecnologia. As reflexões, aqui abordadas, estão circunscritas aos limites das referências supracitadas. Nesse sentido, o estudo não se detém em esmiuçar as concepções positivas ou negativas da tecnologia empreendidas por Marcuse, mas assinala as ilusões geradas pela tecnologia na transformação da racionalidade.

Tecnologia, racionalidade e eficiência

Ao analisar a tecnologia no pensamento de Herbert Marcuse é preciso, primeiramente, por em relevo um problema de ordem terminológica no intuito de evitar que o leitor cometa alguns erros de interpretação. Trata-se, sobretudo, de apontar os aspectos ambíguos que permeiam alguns dos textos de referência à temática que evidenciam uma tensão de fundo em relação à função da tecnologia.

Conforme nos informa Loureiro (2003), essas ambiguidades remontam ao período da produção de Marcuse que compreende aos anos de 1930 e se estende até a publicação de *O homem unidimensional* (1964), obra em que o filósofo enfatiza os aspectos totalitários da sociedade industrial avançada, em virtude do domínio exercido pelo aparato administrativo. No desenrolar da obra, a condição de neutralidade da tecnologia perde seu sentido. O cenário vigente do pós Segunda Guerra escamoteia o real sentido da técnica no próprio processo de produção das necessidades. Aqui, a tecnologia passa a servir como dominação tanto da natureza quanto do homem pelo homem. Estes pontos serão mais bem elaborados no item (2) do presente texto.

Cumpre dizer que todo esse contexto de oscilações não são contradições ou interpretações mal assinaladas pelo autor, mas se justificam pela ausência de um exame pormenorizado entre técnica e tecnologia, pois Marcuse não se deteve em fazer uma distinção entre os termos em decorrência da novidade do tema. Suas concepções ora se referem aos aspectos positivos, ora aos aspectos negativos inerentes ao caráter tecnológico.

Mesmo que Marcuse já tivesse feito em outros momentos considerações sobre o assunto, é no ensaio "Algumas implicações sociais da tecnologia moderna (1973)" que encontramos alguns dos principais aspectos que irão nortear sua teoria. Nele estão concentrados os conceitos basilares sobre os quais se fundamenta uma primeira análise crítica à tecnologia. Os conceitos arrolados neste ensaio também reaparecem em reflexões posteriores do filósofo. Aqui, Marcuse prepara o terreno para a

discussão do problema ao caracterizar, logo nas linhas iniciais, o par técnica e tecnologia da seguinte forma:

> A tecnologia é vista como um processo social no qual a técnica propriamente dita (isto é, o aparato técnico da indústria, transportes, comunicação) não passa de um fator parcial. Não estamos tratando da influência ou do efeito da tecnologia sobre os indivíduos, pois são em si uma parte integral e um fator da tecnologia, não apenas como indivíduos que inventam ou mantêm a maquinaria, mas também como grupos sociais que direcionam sua aplicação e utilidade. A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (MARCUSE, 1999, p. 73).

Nas afirmações acima, é possível notar claramente os elementos que contemplam a proposta marcuseana sobre tecnologia que, por sua vez, tem seu sentido atribuído na estreita relação com a sociedade. Trata-se, sobretudo, de pensá-la enquanto um processo de construção social. Na sequência, acrescenta que a "técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo" (MARCUSE, 1999, p. 74). Esta afirmação conduz a dois caminhos diferentes em conformidade com a relação estabelecida com a sociedade. Pode-se dizer que as primeiras noções sobre a tecnologia na teoria de Marcuse são marcadas por este aspecto de dualidade. Ora a técnica emancipa o homem livrando-o das longas jornadas de trabalho árduo, ora o aprisiona numa extensa cadeia de servidão conforme as demandas do aparato técnico.

Importante salientar que, em uma de suas conferências realizada posteriormente ao ensaio de 1941, especificamente a proferida em Paris no ano de 1961, Marcuse retoma o tema da tecnologia e faz alguns acréscimos

à sua noção. Nesta ocasião, chama a atenção para certo tipo de "universo tecnológico[1], no qual todas as coisas e relações entre as coisas tornam-se racionais" (MARCUSE, 1960 *apud* LOUREIRO, 2003, p. 25). Nesse sentido, a técnica adquire uma conotação mais específica, ao assumir a função de mediadora entre o homem e a natureza, em cumprir com exatidão seu papel de transformar as condições naturais. Em um primeiro momento sua função parece ser benéfica. Por outro lado, na medida em que vão se aprimorando, os aportes técnicos criados pelo homem passam a servir de instrumentos de dominação.

Os acréscimos sugeridos parecem amenizar o problema das ambiguidades inerentes ao par técnica – tecnologia. Entretanto, uma possível solução para as questões de ordem terminológica não se limita a fazer uma crítica incisiva à técnica em si mesma, de eliminá-la da sociedade ou simplesmente evidenciar seus aspectos negativos. No âmbito do "universo tecnológico", o que está em jogo é o modo como a sociedade industrial assimilou os processos da máquina.

Marcuse percebe que há uma racionalidade intrínseca à técnica. Nesse viés, não faz sentido isolá-la da sociedade, mas sim, o seu contrário. Torna-se necessário avaliar a lógica sobre a qual erigiu a civilização industrial, dado que os avanços decorrentes do processo de mecanização da sociedade culminaram na distorção do uso da razão.

Ao se referir à racionalidade, Marcuse reitera o ponto central de sua abordagem, qual seja: a crítica à racionalidade tecnológica. No referido ensaio de 1941, ela é tratada de maneira exaustiva em contraposição à racionalidade burguesa. O fio condutor para a compreensão da temática em questão apoia-se, portanto, na transformação da racionalidade burguesa em racionalidade tecnológica. Sobre este ponto, Marcuse elucida que:

[1] Sobre este ponto, Loureiro (2003) esclarece que, se Marcuse contasse com a distinção proposta por Jean Mandosio entre *técnica*, *sistema técnico* e *tecnologia*, suas ambiguidades poderiam ter sido desfeitas. Nesse sentido, a tecnologia seria definida como um universo das relações estabelecidas de maneira racional.

> No decorrer do processo tecnológico, uma nova racionalidade e novos padrões de individualidade se disseminaram na sociedade, diferentes e até mesmo opostos àqueles que iniciaram a marcha da tecnologia. Essas mudanças não são efeito (direto ou derivado) da maquinaria sobre seus usuários ou da produção em massa sobre seus consumidores; são antes, elas próprias, fatores determinantes no desenvolvimento da maquinaria e da produção em massa (MARCUSE, 1999, p. 74).

Com base nas inferências citadas e tendo como cenário as mudanças acarretadas pelo avanço tecnológico, em especial, o progresso da máquina, os argumentos que Marcuse sustenta no desenrolar do ensaio "Algumas implicações sociais da tecnologia moderna" visam mostrar as consequências decorrentes da Revolução Industrial tanto no uso na razão como também na organização do trabalho. Nessa análise, os conceitos de racionalidade e máquina são os responsáveis por configurar o tom às primeiras interpretações que Marcuse faz à racionalidade tecnológica.

O avanço do processo de mecanização industrial também foi o responsável por gerar consequências desastrosas para a sociedade. São aspectos negativos, cujos efeitos podem ser ilustrados pela tecnocracia terrorista. Consoante ao filósofo:

> O nacional-socialismo é um exemplo marcante dos modos pelos quais uma economia altamente racionalizada e mecanizada, com a máxima eficiência na produção, também pode operar o interesse da opressão totalitária e da escassez continuada. O Terceiro Reich é, na verdade, uma forma de "tecnocracia": as considerações técnicas da eficiência e da racionalidade imperialistas superam os padrões tradicionais do lucro e do bem-estar geral. Na Alemanha nacional-socialista, o reino do terror é sustentado não apenas pela força bruta, que é estranha à tecnologia, mas também pela engenhosa manipulação do poder inerente à tecnologia: a intensificação do trabalho, a propaganda, o treinamento de jovens e operários, a organização da

> burocracia governamental, industrial e partidária – que juntos constituem os elementos diários do terror – seguem as diretrizes da maior eficiência tecnológica (MARCUSE, 1999, p. 74).

Com esse exemplo, Marcuse pretende mostrar como a tecnologia combina a máxima eficiência na produção eliminando o desperdício e a escassez. Em contrapartida, pode operar o interesse da opressão totalitária. Aqui, temos mais uma amostra do caráter dual empreendido pela técnica. Ocorre que, sobre os pilares da eficiência, erigiu-se todo um complexo de guerra em que a tecnologia é a única responsável por estimular e perpetuar tal ordenamento. Em se tratando de racionalidade tecnológica, todo interesse individual e social está ancorado no mais alto grau de eficiência.

A noção de eficiência é outro aspecto importante da teoria marcuseana, por se tratar do princípio que rege a sociedade industrial. Para entendê-la, é necessário assinalar a distinção entre os dois tipos de racionalidade. De maneira breve, pode-se caracterizar a extinta racionalidade burguesa por seu aspecto eminentemente homogêneo. Na busca pelo interesse próprio, o indivíduo burguês não precisava recorrer a formas exteriores de comportamento. Suas ações tinham por objetivo superar todo o sistema de ideias e valores impostos, obrigando-lhe a viver num estado de constante alerta e inquietação.

O contexto social burguês era o ambiente propício para o indivíduo executar sua liberdade crítica, uma vez que era preciso rejeitar falsos padrões de racionalidade que ainda estavam presentes na sociedade. A liberdade do indivíduo consistia, portanto, em opor-se ao sistema de ideias que lhe eram impostas. Tratava-se de buscar a verdade a partir de suas próprias noções do que era verdadeiro, sem recorrer a elementos externos. O princípio da liberdade residia no exercício do pensamento autônomo, em se fazer o uso livre da razão.

No âmbito da livre concorrência econômica o homem também era capaz de exercer sua racionalidade. Sua individualidade caracterizava-se por meio das ações concretas de seu trabalho, ao transformar seus produtos em parte das necessidades sociais. O indivíduo da racionalidade burguesa

via no seu trabalho a realização de sua conduta social. Ao passo que o processo de produção das mercadorias foi se intensificando, as empresas foram obrigadas a se submeterem ao domínio da indústria mecanizada. A eficiência tomou o lugar da livre competição entre as empresas. Conforme nos atesta Marcuse:

> O princípio da eficiência competitiva favorece as empresas com o equipamento industrial mais altamente mecanizado e racionalizado. A individualidade, no entanto, não desapareceu. O sujeito econômico livre, em vez disso, tornou-se objeto de organização e coordenação em larga escala, e o avanço individual se transformou em eficiência padronizada. Esta última se caracteriza pelo fato de que o desempenho individual é motivado, guiado e medido por padrões externos ao indivíduo, padrões que dizem respeito a tarefas e funções predeterminadas. O indivíduo eficiente é aquele cujo desempenho consiste numa ação somente enquanto seja a reação adequada às demandas objetivas do aparato, e a liberdade do indivíduo está confinada à seleção dos meios e fins mais adequados para alcançar uma meta que ele não determinou. Enquanto o avanço individual independe de reconhecimento e se consuma no próprio trabalho, a eficiência é um reconhecimento recompensado e consumado apenas em seu valor para o aparato (MARCUSE, 1999, p. 76-78).

Nota-se que a transformação da racionalidade burguesa em racionalidade tecnológica teve como propulsor os processos de mecanização das indústrias. Assim, a eficiência em termos de competição e produtividade passa a caracterizar a nova ordem econômica. O princípio da eficiência está diretamente associado à maquinaria. Como consequência direta, as empresas passaram a fazer uso de ferramentas mais sofisticadas e eficazes, criou outras formas de produção e novos produtos passaram a circular no mercado. Impulsionou, também, o aumento da burocracia. Em relação à racionalidade tecnológica, Marcuse adverte que ela,

> De modo algum está confinada aos sujeitos e objetos das empresas de grande porte, mas caracteriza um modo difundido de pensamento e até as diversas formas de protesto e rebelião. Esta racionalidade estabelece padrões de julgamento e fomenta atitudes que predispõem os homens a aceitar e introjectar os ditames do aparato (MARCUSE, 1999, p. 77).

Ainda nas entrelinhas do ensaio de 1941, Marcuse se vale de uma interlocução com Lewis Mumford e apresenta um aspecto peculiar do sujeito moderno. Mumford concebe a expressão "personalidade objetiva" e a utiliza para caracterizar o homem na era da máquina. Em oposição ao indivíduo burguês livre, o indivíduo moldado pela racionalidade tecnológica assume uma postura padronizada ao transferir sua individualidade à maquinaria. Trata-se, pois, de abrir mão de toda a sua subjetividade espontânea em detrimento dos processos da máquina. Esta, por sua vez, subordina a vida dos indivíduos à mera realidade dos fatos. A máquina passa a ser o fator que "dita" o ritmo da sociedade, enquanto o indivíduo eficiente torna-se meramente um instrumento de manobra. Dito de outra forma: a máquina passa a ser a constante e o homem a variável.

A eficiência programou o indivíduo para servir aos processos da máquina. Assim, "o sujeito econômico livre tornou-se objeto de organização e coordenação em larga escala e o avanço individual se transformou em eficiência padronizada" (MARCUSE, 1999, p. 78). Esta eficiência padronizada diz respeito aos padrões externos que são impostos aos indivíduos em termos de tarefas específicas e funções predeterminadas. Nesse ínterim, o indivíduo eficiente é aquele que tem seu desempenho reconhecido somente nas ações que representam uma reação às exigências estabelecidas pelo aparato.

Importante ressaltar que, em Marcuse, o termo *aparato* é utilizado para designar as instituições, os dispositivos e as formas de organização da indústria de acordo com a situação social dominante.

O indivíduo que vive a era da máquina é livre apenas para selecionar os meios mais adequados no cumprimento de uma meta que lhe

foi imposta. “Quanto mais racionalmente o indivíduo se comporta e quanto mais devotadamente se ocupa de seu trabalho racionalizado, tanto mais sucumbe aos aspectos frustrantes dessa racionalidade” (MARCUSE, 1999, p. 81). Contudo, o indivíduo autônomo de outrora agora tem seu avanço consumado no próprio trabalho. Sua recompensa é apenas em valor aos objetivos do aparato eficiente.

Aparato, automação e liberdade

Em *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional* de 1964, Marcuse retoma o tema da tecnologia ao apontar as tendências da sociedade industrial avançada. Nessa abordagem, seu pensamento tem como solo de análise o evento histórico da Guerra Fria vivenciado pelos dois grandes blocos econômicos da época, os Estados Unidos e a comunista União Soviética. O contexto do pós-guerra foi responsável por moldar as características da sociedade unidimensional a que se refere o título da obra.

A sociedade industrial desenvolvida, aqui entendida como um novo tipo de sociedade, aponta como principal tendência uma sociedade baseada na noção de “bem-estar social” que floresceu no período pós Segunda Guerra Mundial num momento de auge do crescimento e alto padrão econômico. A sociedade unidimensional toma forma na união de dois Estados: Estado de Bem-Estar Social (*Walfare State)* e o Estado Beligerante, também denominado de Estado de Guerra.

Marcuse caracteriza a sociedade unidimensional como a sociedade da mobilização total. Este estado de mobilização implica na construção de um poderoso aparato militar em que a organização da vida política passa a ser também uma constante organização para a guerra contra as ameaças do inimigo permanente: o Comunismo. A guerra pode ser flagrada como um tipo de imperativo econômico, enquanto uma atividade dentre outras que dita o ritmo da produção da vida material. “A mobilização contra o inimigo age como um poderoso estímulo da produção e do emprego,

mantendo, assim, o elevado padrão de vida" (MARCUSE, 1973, p. 40). Nesse aspecto, a tecnologia enquanto um processo social passa a assumir seu caráter de dominação sob os ditames do aparato técnico.

A união entre o Estado de Bem-Estar Social e Estado de Guerra dificultou as possibilidades de transformação social. Como exemplos de situações que ilustram o fechamento do universo político, Marcuse menciona o bipartidarismo. As classes, que antes representavam certa oposição ao sistema, passam, na sociedade industrial avançada, a ser integradas em aliança com os negócios e o trabalho. Ocorre que os sindicatos se tornaram indistinguíveis das corporações. Assim, submissos à corporação, eles passaram a ter influência direta na política. Em consequência desse conluio, os partidos que antes faziam oposição ao sistema encontraram certos entraves em defender suas propostas por mínimas que fossem. O mesmo pode-se dizer dos partidos comunistas, que embora sejam a expressão da oposição suas ações deixaram de ser radicais. Todo o poder é transferido para o aparato político.

Nota-se que o traço que caracteriza a sociedade Unidimensional reside no fato da racionalidade tecnológica ter-se tornado racionalidade política. Sobre este aspecto, Marcuse ressalta que:

> A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de melhor dominação criando um universo verdadeiramente totalitário no qual a sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo (MARCUSE, 1973, p. 37).

Além da dificuldade acarretada pela união dos Estados opostos, Marcuse elucida que no estágio da atual sociedade a racionalidade técnica está personificada no aparato produtivo. A racionalidade tecnológica passa a ser condição prévia para o desenvolvimento de todas as forças produtivas. Ocorre que a manutenção do aparato tecnológico na nova sociedade está a serviço da racionalidade e da dominação, ou seja, esse

aparato passa a ser submetido à socialização. Sobre esse ponto Marcuse alega que:

> O aparato técnico de produção e distribuição (com um crescente setor de automatização) não funciona como a soma total dos meros instrumentos que possam ser isolados de seus efeitos sociais e políticos, mas, antes, como um sistema que determina a priori, tanto o produto do aparato como as operações de sua manutenção e ampliação. Nesta sociedade o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais. Oblitera, assim, a oposição entre a existência privada e pública, entre necessidades individuais e sociais. A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social. A tendência totalitária desses controles parece afirmar-se em outro sentido – disseminando-se pelas áreas menos desenvolvidas e até mesmo pré-industriais e criando similaridades no desenvolvimento do capitalismo e do comunismo (MARCUSE, 1973, p. 18).

Conforme a citação acima, é permitido dizer que na fase em que se encontra a sociedade industrial avançada, o progresso tecnológico em sua continuidade acabaria por exigir a subversão do modelo dominante de produção das necessidades materiais. Importante frisar que o termo "progresso" no contexto do capitalismo avançado não é um termo neutro, mas é preciso pensá-lo como um fim específico. Na civilização industrial desenvolvida, a racionalidade tecnológica passa a ser incutida na produção material e com isso os fins específicos poderiam ser definidos pelas possibilidades de melhoramento das condições vitais do homem. Esta fase seria atingida quando a produção material se tornasse automatizada. Na sociedade automatizada, todas as necessidades consideradas vitais, reais ou verdadeiras, no sentido proferido por Marx, poderiam ser atendidas enquanto o tempo de trabalho fosse reduzido a um de tempo marginal.

Marcuse enumera os fatores que caracterizam a transformação do processo produtivo ancorado na racionalidade tecnológica a partir de três

tendências. Primeiramente, ele se refere ao processo de mecanização em que a máquina passa a ser a propulsora da transformação da ordem do trabalho: a máquina é vista como a personificação do poder de trabalho humano. Por outro lado, ela também instiga nos homens um ritmo de servidão ao exigir dos indivíduos a doação de suas aptidões tanto físicas, quanto lógicas e mentais. Por certo o processo de mecanização incute nos trabalhadores uma forma aceitável de servidão e ao mesmo tempo imperceptível ao concretizar-se no próprio processo de produção.

Um segundo aspecto em decorrência desse processo de mecanização é a tendência assimiladora que se manifesta na estratificação ocupacional. Aqui, nota-se o aumento do número de trabalhadores não empenhados, tendo em vista que a mão de obra declina em relação ao "colarinho branco". Nessa perspectiva, a máquina não é uma unidade absoluta, mas é entendida apenas como uma realidade técnica individualizada. A transformação tecnológica pensada em termos de produção rompe com a noção marxista da mais-valia, uma vez que são os processos de automatização que parecem alterar qualitativamente a relação de trabalho. A produtividade passa a ser determinada pelas máquinas e não pelo rendimento individual.

A medição do rendimento pessoal se torna algo impossível na sociedade mecanizada. Sobre o impacto do aparato técnico, a automatização passa a ser o elemento aglutinador para se pensar a sociedade industrial avançada. Ela significa, em seu sentido mais amplo, o fim da medição do trabalho: o que se mede é simplesmente a utilização do equipamento técnico disponível no ambiente de produção. Sobre esse ponto, Daniel Bell, autor mencionado por Marcuse no texto, explica que essa modificação tecnológica está estritamente ligada ao próprio sistema histórico de industrialização. De acordo com Bell, a industrialização não surgiu com a criação das fábricas, mas sim com a medição do trabalho. Diante desse cenário de transformações, Marcuse considera que o que está em jogo nessa sociedade é a compatibilidade do progresso técnico com as próprias instituições criadas pela industrialização. Jogo este que vai muito além de um sistema de pagamento e das relações estabelecidas entre o trabalhador, classes e organização do trabalho.

Outro aspecto que se manifesta em decorrência da transformação do processo produtivo são as alterações no caráter do trabalho. Estas

alterações estão relacionadas diretamente com a atitude e a consciência do trabalhador. São mudanças que se mostram visíveis na integração social e cultural na sociedade industrial avançada. Dentro desse quadro de transformações, há dois fatores que são tipicamente característicos dessa sociedade. Trata-se das consequências negativas do processo de automação e da interdependência que integra o trabalhador à fábrica. O primeiro fator pode ser caracterizado pela a aceleração do trabalho devido à agilidade das máquinas, o que culmina na geração de desempregos e também da diminuição das possibilidades de promoção, pois na nova sociedade o aparato administrativo opta por profissionais diplomados, a exemplo dos engenheiros.

Em relação ao segundo fator, é possível notar um interesse adquirido por parte dos trabalhadores em "participar da empresa capitalista".[2] Este desejo se manifesta na vontade dos trabalhadores em compartilhar da solução dos problemas de produção. Nessa nova ordem do trabalho que se apresenta, isto é, nesse novo mundo em que impera a racionalidade tecnológica, a consequência mais visível pode ser notada pelo enfraquecimento da classe trabalhadora enquanto classe de oposição, que é reforçada pelo efeito da organização tecnológica da produção. Sob os pilares da gerência e da direção se funda a nova forma de dominação e que se transfigura em forma de administração.

Marcuse acrescenta que no capitalismo avançado os patrões e proprietários perdem suas identidades como agentes responsáveis, pois assumem a função de burocratas da máquina corporativa. Os próprios organizadores e administradores se submetem cada vez mais à dependência da maquinaria, fato este que rompe com a relação dialética entre "senhor e servo" que, por sua vez, se veem parte integrante de um círculo vicioso, que segundo o autor parece representar fielmente a imagem de uma sociedade auto expansiva.

[2] Sobre este ponto Marcuse cita o exemplo das refinarias de Caltex, de Ambès na França. Segundo ele, os trabalhadores têm consciência dos elos que os ligam à empresa. São elos profissionais, sociais e materiais. Assim, o fato de terem acostumado a certas relações em consonância com os benefícios sociais recebidos por parte de um contrato "vivo e indestrutível", os levam a se preocupar com lucidez e atenção com a gerência financeira da empresa.

Para Marcuse, a novidade dessa sociedade pode ser caracterizada por apresentar uma racionalidade esmagadora que participa dessa empresa irracional. Essa racionalidade é representada pelo pré-condicionamento que molda os impulsos e aspirações distintivas dos indivíduos. Eis um ponto crucial da racionalidade tecnológica: o fato de que os indivíduos se veem obscurecidos pela consciência falsa e verdadeira, pois a sujeição do homem ao seu aparato produtivo é perpetuada sob a forma de muitas liberdades e comodidades. Não é que não há exploração, mas tal exploração desaparece por trás da fachada da racionalidade objetiva. "O véu tecnológico esconde a reprodução da desigualdade e da escravização" (MARCUSE, 1973, p. 49).

Destarte, Marcuse pondera que as perspectivas de contenção da transformação, que têm como base uma política de racionalidade tecnológica, dependem estritamente das perspectivas do Estado de Bem-Estar Social, pois é característico dessa política promover um elevado padrão de vida administrado e que se estende também às demais sociedades industriais desenvolvidas**.** Aqui, o aparato técnico pensado pelo filósofo é tomado como um poder acima do indivíduo e ao mesmo tempo separado dele. Seu funcionamento dependente exclusivamente do desenvolvimento e da expansão de uma produtividade intensificada.

Marcuse salienta que o declínio da liberdade em favor do aparato técnico é também um processo social objetivo. Nesse sentido, a tecnologia é entendida como um processo social de vasta amplitude dotado de uma lógica própria e de um movimento específico no qual são gerados ou destruídos incontáveis fatos singulares. As aspirações sociais passam a ser mediadas pelo processo tecnológico. Se por um lado há um considerável aumento no padrão de vida proporcionado pelo Estado de Bem-Estar Social, por outro e levando em consideração toda a sua racionalidade, este Estado apresenta como uma de suas principais características uma ausência confortável de liberdade que se manifesta sobre vários aspectos.

Trata-se de uma sociedade cuja administração total implica em uma série de restrições sistemáticas à sociedade no que concerne, por exemplo, ao tempo livre "tecnicamente" disponível, entendendo que tempo livre não é o mesmo que horas de lazer. Há também a restrição da quantidade e da qualidade de mercadorias e serviços que são "tecnicamente" disponíveis para as necessidades individuais e vitais. Outra

consequência dessa produção incessante é acúmulo de produtos excedentes que gera um aumento do consumo de mercadorias.

A eficiência programada que rege tal sociedade não abre mão de técnicas avançadas e nem de sua estreita parceria com a ciência sob a forma de um obsoletismo planejado. Desse modo, enquanto houver mercadorias excedentes não haverá motivo para se propagar uma liberdade que insista na autodeterminação. Ora, se a vida administrada é confortável e boa, não há motivos para se opor ao sistema. Conforme sustenta Marcuse, a "rejeição do Estado de Bem-Estar Social em favor de ideias abstratas de liberdade não é algo que se apresenta convincente" (MARCUSE, 1973, p. 63). Dessa forma, qualquer fato que venha a culminar na perda das liberdades econômicas e políticas pode caracterizar-se como um pequeno dano ao Estado capaz de tornar a vida administrada segura e confortável.

> Nas condições de um padrão de vida crescente não conformismo com o próprio sistema parece socialmente inútil, principalmente quando acarreta desvantagens econômicas e políticas tangíveis e ameaça o funcionamento suave do todo (MARCUSE, 1973).

Em outras palavras, o autor quer dizer que não há por que querer abrir mão dessa forma de organização tecnológica por outra instituição que promova a produção material, uma vez que os indivíduos dessa sociedade se satisfazem nas mercadorias que consomem e com os demais serviços que lhes são oferecidos. Por estarem pré-condicionados aos bens que consomem, tais indivíduos têm sua vida moldada em todos os aspectos o que inclui seus pensamentos, sentimentos, aspirações e até mesmo sua imaginação.

Considerações finais

Tendo-se percorrido alguns dos principais aspectos que norteiam a filosofia da tecnologia em Herbert Marcuse, e relevantes para este trabalho, entende-se que para uma eventual e ulterior abordagem dessa temática em seus escritos, a compreensão da racionalidade tecnológica deve ser destacada como elemento chave ao possibilitar o entendimento das implicações do uso da técnica na contemporaneidade.

Cumpre dizer que qualquer investigação que se faça nesse sentido valendo-se do pensamento marcuseano não pode negligenciar o fato de que a sociedade unidimensional comporta oscilações entre duas tendências contraditórias. Assim, é preciso levar em conta que no aparato técnico de produção, mais especificamente nos processos de automação, estão contidos os elementos que apontam para a transformação qualitativa da sociedade, mas que também imprimem seu caráter totalitário.

Em suma, pode-se concluir que a tecnologia analisada no molde da sociedade industrial avançada, se caracteriza principalmente por ser uma sociedade sem oposição. Nela, a liberdade reside nos processos de automação. Em outros termos: a liberdade se manifesta apenas em razão das exigências do aparato total.

Referências

LOUREIRO, Isabel. Breves notas sobre a crítica de Herbert Marcuse à Tecnologia. *In*: PUCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco; COSTA, Belarmino César Guimarães (Orgs.). *Tecnologia, Cultura e Formação – Ainda Auschwitz.* São Paulo: Cortez, 2003, p. 19-33.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*: o homem unidimensional. 4ª ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. *In*: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra Fascismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 73-104.

Data de registro: 10/05/2017
Data de aceite: 05/07/2017